

Sinais de inquietação

A queda em 25,8% na produção industrial do País em abril, assim como a redução de rentabilidade das dez maiores empresas do País em 50% são sinais inequívocos e perturbadores de que a recessão acha-se instalada. Se associarmos a esse fato a constatação de que os níveis de liquidez da economia elevaram-se, temos configurado um quadro de grande dificuldade uma vez que este último fenômeno só poderá ser combatido com novo aperto monetário e, outra vez, novo impulso à recessão.

O quadro é particularmente crítico e precisa ser enfrentado com energia, competência e espírito público, não só pelo Presidente da República mas pelo Congresso e pela liderança sindical do País. A situação atual da economia não oferece espaço algum para reposição de perdas salariais, muito menos as perdas supostamente expressivas que os grandes sindicatos já começaram a reivindicar.

A luta que a liderança sindical deveria empreender agora, longe de reposição salarial, seria a da manutenção do emprego através da reativação das atividades econômicas. Quedas de produção industrial como as que verificaram possuem vasto arsenal de conflito social, seja pelo desemprego, seu efeito mais dramático, seja pelo recrudescimento da inflação, via queda da oferta de bens e serviços.

A responsabilidade maior na atual fase do processo brasileiro cabe, entretanto, ao Congresso que se tem constituído em poderoso obstáculo à implementação de medidas impopulares, mas necessárias. A liderança parlamentar deveria

perceber a gravidade do momento que vivemos, indiferente às conveniências eleitorais deste período, para constatarem que o eventual malogro do Plano Collor desencadeará efeitos tão devastadores que as próprias eleições de outubro serão afetadas. Sob hiperinflação, combinada com recessão, o voto será fundamentalmente diferente daquele que os candidatos esperam obter.

As autoridades econômicas cabe alertar, também, para a pesada responsabilidade que assumiram. Está em jogo, no front da luta antiinflacionária, a vitalidade de toda a estrutura industrial brasileira cuja desestruturação, como ocorrida em outros países, tornaria os problemas brasileiros crônicos e de difícil reversão. O que o Brasil tem ainda de melhor é a sua capacidade industrial, com todos os seus defeitos. Esse patrimônio não pode ser exposto por políticas econômicas experimentais. É preciso ter-se isto em mente sempre que uma decisão grave tiver de ser tomada.

O governo precisa urgentemente ajustar-se para produzir decisões menos vulneráveis e melhor capacitadas a se imporem perante o Congresso. O Presidente da República não pode sequer hesitar, se for o caso, em mudar peças da equipe se esta intervenção for necessária ao restabelecimento da tranquilidade dos agentes econômicos, indispensável ao relançamento da economia. A sobreposição do organograma informal do governo sobre seu organograma formal, uma característica do momento que vivemos, desajusta os agentes e torna a situação ainda mais crítica.